Paulo de Bessa Antunes

Uma nova introdução ao direito

Perspectiva ambiental do direito

3ª edição

Editora Lumen Juris Rio de Janeiro 2021

Copyright © 2021 by Paulo de Bessa Antunes

Categoria: Direito Ambiental

Produção Editorial Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA. não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

A636n

Antunes, Paulo de Bessa

Uma nova introdução ao direito: perspectiva ambiental do direito/ Paulo de Bessa Antunes. - 3. ed. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. 396 p.; 23 cm.

Bibliografia: p. 361-380.

ISBN 978-65-5510-792-0

1. Direito ambiental. 2. Democracia. 3. Sustentabilidade. 4. Direito - Filosofia. 5. Direito - Estudo e ensino. I. Título.

CDD 344

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio à 3ª Edição	1
Prefácio à 1ª Edição	3
Capítulo 1 - O Direito	5
1 Introdução	5
2 O Direito como Realidade Social	6
2.1 Direito e natureza	11
2.2 Direito e moral	14
3 O Mundo Bipartido do Direito	17
Capítulo 2 – Direito e Ideologia	23
1 Introdução	
2 Ideologia e Conceitos Jurídicos	26
2.1 O Direito como Instrumento de Legitimação	29
Capítulo 3 – Direito e Democracia	35
1 Introdução	35
2 Declarações de Direitos	40
3 Modelo Democrático Brasileiro	43
3.1 Garantias Democráticas	43
4 A Necessidade de Valorizar o Regime Democrático	46
5 Os Ataques à Democracia	48
Capítulo 4 – Direito Natural	51
1 Introdução	51
2 Direito Natural	53
2.1 O direito natural entre os gregos	53
2.1.1 Sócrates	54

2.1.2 Platão	55
2.1.3 Aristóteles	57
2.1.4 Epicuro	59
2.2 Direito natural em Roma	60
2.3 Direito Natural Cristão	62
2.3.1 Patrística	62
2.3.1.1 Santo Agostinho	62
2.3.2 Escolástica	64
2.3.2.1 Santo Tomás de Aquino	64
2.4 Racionalismo e Direito Natural	65
2.4.1 Hugo de Groot	66
2.4.2 Os contratualistas	67
2.4.2.1 Thomas Hobbes	67
2.4.2.2 John Locke	69
2.4.2.3 Jean-Jacques Rousseau	70
3 O Renascimento do Direito Natural	72
3.1 O Jusnaturalismo no século XX	72
3.1.1 Gustav Radbruch	72
3.1.2 Michel Villey	74
3.2 Direito Natural Ecológico	76
3.2.1 Os precursores	77
3.2.1.1 Ralph Waldo Emerson	77
3.2.1.2 Henry David Thoreau	79
3.2.2 Direito natural ecológico no século XX	82
3.2.2.1 Rachel Carson	82
3.2.2.2 Jean Dorst	84
3.2.2.3 Michel Serres	86
3.2.2.4 José Lutzemberger	87
3.2.2.5 Leonardo Boff	90

Capítulo 5 - Direito e Lei9	3
1 Introdução9	3
2 Razão e Direito9	4
3 A Lei como Expressão do Direito9	8
4 A Lei e Seus Aspectos Dogmáticos	1
4.1 Definição Geral)1
4.2 A lei no tempo	4
4.2.1 Irretroatividade e ultratividade das leis10	15
4.2.2 Direito transitório10	8
4.2.3 Vigência das leis11	1
4.3 As diferentes manifestações da lei	.5
5 Direito Adquirido e Coisa Julgada11	9
Capítulo 6 – Fontes do Direito	21
1 Introdução	1
2 A Principal Fonte de Direito É a Sociedade12	4
3 Fontes Legais do Direito12	5
3.1 Constituição12	:5
3.1.1 Modelos de Constituição12	27
3.1.1.1 Emenda à Constituição12	8
3.2 Lei	31
3.2.1 Considerações preliminares	31
3.2.2 Tipos de lei	4
4 As Principais Fontes Não Legais do Direito	7
4.1 Costume	7
4.2 O costume no direito brasileiro13	8
4.3 Formas de costume	3
4.3.1 O direito costumeiro indígena e o seu reconhecimento internacional14	4
4.3.2 O direito costumeiro popular e o seu reconhecimento pela ordem jurídica estatal14	6

5 Princípios Gerais de Direito e Princípios Jurídicos	147
5.1 Introdução	147
5.2 A Corte Internacional de Justiça (CIJ) e o direito dos	
"povos civilizados"	149
5.3 Princípios e regras jurídicas	150
5.4 Princípios gerais do direito no direito brasileiro e	
princípios jurídicos	151
5.4.1 Princípios constitucionais	152
5.4.2 Os princípios gerais de direito	155
6 Jurisprudência	158
6.1 Introdução	158
6.2 Judicialização e ativismo judicial	163
6.2.1 Judicialização	163
6.2.2 Ativismo judicial	168
6.2.2.1 O campo do direito de família	176
6.3 Súmulas e teses fixadas pelo Supremo Tribunal Federal	
e pelos tribunais superiores	178
6.3.1 Modulação de efeitos	183
6.4 Conclusão	184
7 Doutrina	184
7.1 Introdução	184
7.2 A doutrina na contemporaneidade	186
8 Autorregulamentação	188
9 Boas Práticas	190
Capítulo 7 – Interpretação e Aplicação do Direito	193
1 Introdução	193
2 Poder Judiciário e Autonomia	196
3 A Interpretação do Direito como Elemento Fundamental	
da Ordem Jurídica	199
3.1 Diferentes Interpretações para o Mesmo Fato	201

3.1.1 Interpretação literal	202
3.1.2 Interpretação lógica	205
3.1.3 Interpretação sistemática e histórica	206
3.1.4 Interpretação teleológica	208
3.1.5 Interpretação autêntica	209
3.1.6 Interpretação subjetiva e objetiva	209
3.1.7 Interpretação extensiva e restritiva	210
Capítulo 8 – A Relação Jurídica e Seus Elementos	213
1 Introdução	213
2 Igualdade e Desigualdade entre os Indivíduos	217
2.1 A igualdade jurídica na economia de mercado	220
3 Pessoa, Personalidade e Sujeito de Direito	223
3.1 Personalidade	224
3.1.1 A personificação (humanização) dos animais	225
3.1.1.1 Animais domésticos	228
3.2 Pessoas jurídicas	228
3.2.1 A desconsideração da personalidade jurídica	
(pessoa jurídica)	229
3.2.1.1 A desconsideração da personalidade jurídica	
(pessoa jurídica) no Brasil	
3.2.2 Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado	
3.3 Capacidade	235
3.4 Nome	236
3.5 Domicílio	239
3.6 Estado civil	241
3.7 Patrimônio	242
Capítulo 9 – Fato, Ato e Negócio Jurídico	245
1 Introdução	245
2 Fato Jurídico	245

3 Ato Jurídico	246
4 Negócio Jurídico	
4.1 Interpretação dos negócios jurídicos	252
4.2 Elementos do negócio jurídico	254
4.2.1 Elementos acidentais dos negócios jurídicos	256
4.2.2 Defeitos dos negócios jurídicos	258
4.3 Prescrição e decadência	265
4.3.1 Ordem jurídica e segurança: o tempo como	
elemento da formação do Direito	268
4.3.1.1 Meio ambiente e prescrição	269
4.3.1.1.1 Imprescritibilidade é exceção	269
Capítulo 10 – A Família	273
1 Introdução	273
2 Família nas Constituições Brasileiras	273
3 Breve Evolução da Instituição Familiar	275
3.1 O papel masculino na família	278
3.2 O papel feminino na família	279
4 O Ordenamento Legal da Família Contemporânea	280
4.1 Os Animais Domésticos e Direito de Família	282
Capítulo 11 – O Direito de Propriedade	285
1 Introdução	285
2 O Regime Constitucional da Propriedade	287
2.1 Antecedentes	287
2.2 A função social da propriedade	289
2.3 A propriedade na Constituição de 1988	296
2.3.1 A propriedade privada	
2.3.2 Propriedade pública	
2.3.2.1 Patrimônio Público	
3 A Propriedade e o Meio Ambiente	305

Capítulo 12 - História do Direito Brasileiro	307
1 Introdução	307
2 O Direito Colonial Brasileiro	307
2.1 Os indígenas e o direito	310
2.2 Constitucionalização das Terras Indígenas	320
3 O Regime Fundiário	325
3.1 A escravidão	329
3.1.1 Escravidão indígena	329
3.1.2 Escravidão africana	333
3.1.2.1 O regime constitucional e legal da escravidão	334
3.1.2.1.1 Extinção gradativa da escravidão	339
4 República	346
4.1 República Velha	346
4.2 O primeiro período Vargas	347
4.2.1 Infraestrutura e recursos naturais	347
4.2.2 Repressão política	349
4.2.3 Legislação social	350
4.2.4 Direito Comum - códigos	350
5 A Redemocratização de 1946	351
6 A Ditadura Cívico-Militar de 1964	352
6.1 O Ato institucional nº 5	354
6.2 A Lei de Segurança Nacional	355
6.3 Contra a organização estudantil	356
6.4 A modernização autoritária	357
7 O Regime Democrático de 1988 (Nova República)	359
Referências	361